



contato: gedmma@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**GRUPO DE ESTUDOS: DESENVOLVIMENTO MODERNIDADE E
MEIO AMBIENTE (GEDMMA)**

Relatório de Pesquisa de Campo

Vila Madureira e Camboa dos Frades

SÃO LUIS – MA

2009

Apresentação

Este relatório é fruto de um trabalho coletivo. Uma experiência que se iniciou em 2005, quando alunos do Curso de Ciências Sociais e professores do Departamento de Sociologia e Antropologia juntaram-se para discutir a situação social das comunidades localizadas na área Itaqui-Bacanga, em função dos impactos sócio-ambientais, constituindo-se o GEDMMA (Grupo Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente). Este grupo é formado por professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão e estudantes dos cursos de graduação da mesma: ciências sociais, geografia, direito, ciências aquáticas, turismo e filosofia. Conta também com a participação de estudantes de pós-graduação desta universidade, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, além de estudantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES), profissionais ligados à ONG e funcionários públicos ligados aos movimentos sociais.

Nestas experiências temos procurado compatibilizar a produção acadêmica com a participação das comunidades no processo de diálogo acerca dos problemas vivenciados.

O texto ora exposto é também um exercício do olhar da pesquisa e passível de críticas, levando em conta os limites metodológicos quanto ao universo de amostragem alcançado.

Esperamos que este material possa ser um instrumento de debate e de divulgação das condições em que vivem as comunidades estudadas.

Coordenação

Elio de Jesus Pantoja Alves

Horácio Antunes Sant`Ana Júnior

Equipe de trabalho

Ana Lourdes Ribeiro

Ana Maria Pereira

Bartolomeu Rodrigues

Bruno Henrique Costa Rabelo

Carla Regina Assunção Pereira

Danúbia Oliveira

Elio Pantoja Alves

Eva Maria

Elizângela Barbosa

Fabiano Rocha Silva

Horácio Antunes

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior

Laiane Silva

Maiâna Maia

Rafael Dantas

1. Introdução

O presente relatório descreve as condições sociais de duas comunidades do município de São Luís – Ma: a comunidade de Vila Madureira (deslocada para o município de Paço do Lumiar) e Camboa dos Frades, que permanece com o seu modo de vida ameaçado. A situação ora exposta reflete o interesse pelo controle da área onde essas comunidades estão localizadas e os conflitos decorrentes da instalação de empreendimentos ligados ao Complexo Portuário Porto de Itaqui.

Em 2001, o Governo do Estado do Maranhão assinou um protocolo de intenções com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com vistas à construção de um pólo siderúrgico. No projeto original do pólo, a área destinada às instalações físicas de três usinas de fabricação de placas de aço e duas guzeiras seria de 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e a localidade de Rio dos Cachorros, na região administrativa municipal do Itaqui/Bacanga. Em 2004, esta área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30-08-2004, e nº 20.781-DO, de 29-09-2004), o que implicaria no deslocamento compulsório¹ de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva. Estes moradores foram estimados em mais de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados - Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Madureira (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007).

Porém, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, situava a área na Zona Rural II do município de São Luís, constituindo-se num empecilho legal para a efetivação de projetos industriais, pois, segundo a Lei acima citada, empreendimentos industriais somente podem ser implantados em Zona Industrial. Visando eliminar esta dificuldade legal, a Prefeitura Municipal de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração desta Lei, convertendo a área em Zona Industrial, provocando a realização

¹ Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

de audiências públicas e mobilizações. Após votação na Câmara Municipal, somente 1.068 hectares foram convertidos para Zona Industrial, pois foi comprovado que o restante da área é zona de recarga de aquíferos e de nascentes (SANT`ANA JÚNIOR, ALVES, MENDONÇA, 2007)

No caso da Vila Madureira e Camboa dos Frades, localizadas a cinco quilômetros do Porto do Itaqui, próximo a BR-135, o interesse mais recente pela desapropriação tornou-se visivelmente patente pela localização estratégica. Em 2007, a área onde se localizava a Vila Madureira, passou a ser alvo de interesse por parte de um projeto de instalação de uma termoelétrica, a Usina Termoelétrica Porto do Itaqui, apresentada pela empresa paulista MPX Mineração e Energia Ltda, ligada ao setor elétrico nacional. Desde a fase inicial do processo de licenciamento ambiental, concluído em 2008, até a fase de instalação do empreendimento, o referido projeto tem sido alvo de profundas contestações tanto no plano técnico-científico, quanto no âmbito de sua transparência política, pois, não são raros os questionamentos quanto à legitimidade pelas famílias diretamente atingidas e pelas comunidades vizinhas como é o caso da vila de S. Benedito. Além destes, importantes setores da sociedade civil organizada têm questionado o processo de licenciamento, assim como alguns órgãos ligados ao governo, tal como apontaremos mais adiante.

O licenciamento da termoelétrica iniciou em 2007 e, no dia 20 de maio de 2009, no Palácio dos Leões, foi apresentado pela sua diretoria à atual governadora. O valor do empreendimento está estimado no investimento de R\$ 1,5 bilhão e o início das operações está planejado para 2011. Do ponto de vista jurídico, este empreendimento foi motivo do ajuizamento de três ações civis públicas pelo Ministério Público Estadual e Federal, demandando, por essas razões uma atenção maior da sociedade maranhense. Do ponto de vista técnico, houve muitas contestações quanto a emissão de poluentes (Óxido de nitrogênio - NOx e Dióxido de enxofre – SO2), pois, a usina irá funcionar a base de carvão mineral e utilizará as águas do mar que banha a Ilha de S. Luís por meio de um processo de dessalinização cujo retorno não se tem clareza de seus efeitos. Serão também liberados poluentes na atmosfera, cuja metodologia nos estudos dos ventos e a direção dos mesmos com relação às comunidades foi objeto de crítica em audiências públicas, por não levarem em conta a variação sazonal da região. Nesse sentido, houve questionamento sobre os fundamentos metodológicos da pesquisa de campo no que tange as emissões de gases; pois a amostragem da pesquisa incidiu num período de

relativa calma de ventos na região, sendo que no verão, por exemplo, período em que há maior ocorrência de ventos, a pesquisa não foi realizada. Outro fator importante é o impacto social decorrente do deslocamento das famílias, que pelo histórico de ocupação industrial na área do Itaqui Bacanga, tem sido uma tragédia planejada que se inicia pelos anos de 1980, quando o Porto de Itaqui é incorporado na dinâmica econômica dos “Grandes Projetos da Amazônia”, que ao usar o discurso do “Vazio Demográfico”, vem tornando invisível a história social destas comunidades em nome de uma determinada concepção de progresso.

A MPX anunciou inicialmente a ocupação de 50 hectares pelo empreendimento e o tempo de operação foi previsto para 30 anos. **No entanto, quanto à ocupação pelo empreendimento, hoje, em maio de 2009, é possível constatar as conseqüências já vivenciadas pelo processo de privatização da área: a) o remanejamento das famílias da Vila Madureira e a incerteza do futuro no que tange a reprodução social daquelas famílias e de seu modo de vida; b) o impedimento da liberdade de ir e vir dos moradores de Camboa dos Frades, pois, o único acesso se dava pela área da extinta Vila Madureira, atualmente já controlada pela MPX.**

Este relatório procura dar visibilidade ao modo de vida dessa população levando em conta as especificidades da forma de uso social dos recursos e a relação que estabelecem com o ambiente onde vivem. O conteúdo exposto tem como base as seguintes fontes:

A) As pesquisas que vem sendo desenvolvidas sobre a área Itaqui-Bacanga desde 2005, no âmbito do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA, da Universidade Federal do Maranhão. As fontes consultadas foram os relatórios de bolsas de iniciação científica de estudantes de graduação e de pós-graduação da UFMA, Relatórios de Projetos de Pesquisa, Monografias de Conclusão de Curso, além de anotações de campo e de reuniões que desde 2005, os membros do GEDMMA têm acompanhado;

B) Com relação às informações específicas das comunidades de Vila Madureira e de Camboa dos Frades, este relatório tem como base empírica três fontes principais:

B.1. Um artigo intitulado *Caracterização Sócio-Ambiental do Povoado de Camboa dos Frades*, resultado de uma pesquisa de campo realizada em outubro de 2008 por alunos do curso de geografia da UFMA e coordenada pela professora Dra.

Ediléia Dutra, do Departamento de Geografia (UFMA) (PEREIRA; OLIVEIRA; AMORIM, 2008).

B.2. Uma pesquisa de campo realizada na Vila Madureira e Camboa dos Frades pelos membros do GEDMMA durante dois dias de trabalho com uma equipe de 11 pesquisadores, bolsistas e professores da UFMA. Esta pesquisa de campo foi desenvolvida em duas etapas: uma **Primeira Etapa** consistiu numa primeira visita em 17 de junho de 2008, visando uma pesquisa exploratória quando foram feitas as observações da localização, registros fotográficos do acesso às comunidades, dos equipamentos existentes, dos terrenos, casas, aspectos da produção dos meios de vida e percepção também da sociabilidade entre os moradores. Na oportunidade foram feitos os contatos com moradores mais antigos e o planejamento de uma segunda visita. Esta primeira visita permitiu, inicialmente, a **seleção de informantes-chave**, ou seja, moradores mais antigos a serem entrevistados. Em seguida foi elaborado um **Roteiro de Entrevista** tendo por base duas dimensões fundamentais: a **Trajétoria do Informante**, incluindo o tempo de moradia na área e a **Relação Social com os recursos** ali existentes – a pesca, a agricultura, a coleta de frutos, a mariscagem, o extrativismo, incidindo informações sobre a importância da família, parentesco e vizinhança na organização do trabalho, o processo de comercialização da produção e a importância e o significado desses recursos para a família. Na **Segunda Etapa**, foi feita uma nova visita, no dia 03 de julho de 2008, para realização de 10 entrevistas com informantes chefes de famílias mais antigos previamente selecionados de um universo mais amplo de informantes. Nesse sentido, o procedimento metodológico se baseou na busca de informações qualitativas, pois, esta opção mostrou-se mais adequada aos propósitos da pesquisa, ou seja, compreender a dinâmica da vida social e como esses grupos têm sido afetados diretamente pelos empreendimentos industriais naquela área. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada 10 meses antes do deslocamento da comunidade de Vila Madureira (ocorrida em abril de 2009).

B.3. Participação de reunião da Associação de Moradores de Camboa dos Frades, de um professor, uma pesquisadora e sete estudantes, ocorrida no dia 17 de maio de 2009, portanto, após o deslocamento da Vila Madureira.

Além dessas atividades, as informações coletadas foram analisadas e discutidas pelo grupo de estudo, notando-se situações similares de pesquisas com populações em outras regiões do Estado, como foi o caso de Alcântara – MA (PAULA ANDRADE e

SOUZA FILHO, 2006), e mesmo em outras regiões do país, como Angra dos Reis (RJ) e Cubatão (SP), onde houve deslocamento de comunidades e/ou casos de contaminação e conflitos sócio-ambientais dessa natureza (LEITE LOPES, 2004).

2. A Vila Madureira e Camboa dos Frades no eixo desenvolvimentista

O histórico de deslocamentos das comunidades da área Itaquí-Bacanga (transformada em Distrito Industrial), remonta ao processo de instalação do Porto de Itaquí e do complexo industrial da Alumina e da Companhia Vale do Rio Doce, nos anos 1980. Esse histórico nos ajuda a compreender o paradoxo em que se encontram os mais antigos moradores da extinta comunidade de Vila Madureira e a situação de Camboa dos Frades e, mesmo, as famílias recém-chegadas. Das informações obtidas do universo pesquisado, é possível indicar que muitos desses moradores sofreram processo de desapropriação em seus locais de origem, analogamente ao que ocorreu com a implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).

Observando-se as diferentes modalidades de ocupação nas comunidades de Vila Madureira e Camboa dos Frades, é importante destacar como os moradores mais antigos se diferenciam dos recém-chegados, considerados pelos primeiros como “invasores”, pois, estes teriam ocupado terrenos com intuito de receber indenizações prometidas por intermediários entre a comunidade e os políticos, que utilizam as promessas de indenizações como forma de garantir votos em ano de eleições. Estes terrenos de “invasores”, normalmente, são perceptíveis ao observador, devido à ausência de moradias, notando-se pequenos casebres abandonados e placas com aviso de proibição do acesso aos mesmos. Com relação aos moradores mais antigos, estes procuram se diferenciar daqueles, demonstrando a relação afetiva com o lugar, fundamentalmente entre as famílias que dependem de seus terrenos e delas fazem o uso social que dá sentido à vida comunitária: as festas religiosas, as festas de terreiros em locais tidos como sagrados, levantamento de mastros e rituais de trocas e intercâmbio cultural que se misturam às relações de parentesco, de compadrio refletindo dessas dimensões os modos específicos de uso social e apropriação coletiva do meio. A Vila Madureira e a Camboa dos Frades, assim como outras comunidades pesquisadas na área, não fogem a essas características e nesse sentido não são isoladas uma das outras. Na época em que foi realizada a pesquisa, encontramos famílias que tinham parte de seus membros residindo em Vila Madureira e parte na comunidade próxima de São Benedito, com os

quais interagiam e compartilhavam o seu terreiro de umbanda e trocas de serviços. Exemplo também percebido na Camboa dos Frades, onde o padrão de uso da terra se dá por via do parentesco, ocorrendo que várias famílias de um mesmo grupo de parentesco cultivam plantações como a mandioca para fabrico da farinha em um mesmo terreno, mesmo morando em povoados diferentes. Esse tipo de relação naquela área tende a ser um padrão de relação comunitária recorrente. Nesses termos, consideramos que o sentido de comunidade atribuído por seus moradores extrapola o critério fisiográfico e do mapeamento exclusivamente econômico do ponto de vista da exploração dos recursos ali existentes.

Na Vila Madureira foram contabilizadas 85 famílias e, conforme as informações passadas aos moradores, destas, apenas 36 seriam indenizadas, enquanto as demais eram consideradas “invasoras”. Essa distinção foi adotada paradoxalmente pela MPX e os próprios moradores entrevistados tinham clareza de tal distinção, corroborando com a idéia de que aquele território tem uma função social e uma inegável historicidade: a religião, as relações sociais e suas formas de produção e reprodução social. Ali encontramos várias famílias vivendo no mesmo *terreno*, usando a terra coletivamente, assim como trocando trabalho através de *mutirões* com parentes residentes e em outras localidades. É nesse sentido que esses grupos não podem ser pensados isoladamente, ou seja, dissociados do convívio e da interação com as demais comunidades rurais localizadas na área em questão. Ou seja, é necessário levar em conta a história social dessas comunidades. E os “invasores”, embora quantitativamente representativos não eliminam a dimensão histórica e social por meio da qual os sujeitos constituíram naquele contexto um modo de vida, uma forma específica de apropriação do meio. Pois, embora estejamos tratando de uma área definida geograficamente e os seus moradores terem clareza dos limites territoriais da área, é necessário esclarecer que os referidos limites não se superpõem às inter-relações comunitárias. Estudos realizados em outras comunidades rurais de São Luís, como é o caso do Cajueiro e Taim mostram a existência de um sistema tradicional de trocas comerciais e de serviços (*mutirões*, trocas de dias) e fortes vínculos sociais de reciprocidades por meio do parentesco, compadrio e amizade (MENDONÇA, 2006; BEZERRA; 2008). No caso da Vila Madureira, esse caráter da reciprocidade pode ser ilustrado no depoimento de um antigo morador.

É importante porque olha, vamos dizer, tem dia que agente não tem o dinheiro pra comprar o quilo de comida no mercado, pagar uma passagem, porque pra gente ir até no Anjo da Guarda tem que pagar..., são..., três e

oitenta. Porque agora a passagem aumentou, ta vendo? Aí às vezes agente não tem esse dinheiro, não é? Nem todo dia agente tem esse dinheiro. Aí agente apanha uma galinha, chega um: me vende uma galinha? Aí eu vendo uma galinha, eu compro o arroz, eu compro a farinha, eu compro café, eu compro açúcar. Daqui do terreiro. Mato uma pra mim comer, dou outra pra vamos dizer, um sobrinho, um parente meu que chegar: Ah eu estou com fome, não tenho... Mando pra ele uma, dou. Assim que é minha vida. (M. 46, Morador da Vila Madureira)

No que foi constatado, na Vila Madureira e em Camboa dos Frades há uma diversificada rede de relações. Verificamos a ajuda mútua entre moradores em mesma condição social (horizontais). Ou seja, os moradores se juntam para uma troca de dia de trabalho no terreno do outro, por meio do qual se estabelecem relações de compadrio, de amizade entre vizinhos. Podemos considerá-las como parte de um sistema de reciprocidade entre esses moradores e que fortalecem seus vínculos com o lugar onde vivem. Outras relações foram constatadas e podemos defini-las aqui como *verticais*, ou seja, entre moradores antigos e menos aquinhoados com moradores de outros bairros com maior poder aquisitivo. Estas, em muitas circunstâncias se revestem em relações do tipo *patrão-cliente* e tendem a ser mais *instrumentais*. São relações que se estabelecem entre partes desiguais economicamente e politicamente. Comerciantes, proprietários de terras, pequenos e médios empresários que exploravam os recursos minerais como areia e pedra muito abundantes na área, os moradores de outros bairros que têm poder aquisitivo elevado com relação aos moradores locais, investiram em terrenos, maquinários e moradias temporárias na Vila Madureira. Tais relações não raramente são tidas como instrumentos para barganhar serviços de interesses imediatos com os moradores *estabelecidos*.

Recorrendo a memória de moradores mais antigos da Vila Madureira, eles relataram caso de “invasores” que ocuparam partes dos terrenos cedidos por moradores mais antigos e passaram à condição de “posseiros”. Essas pessoas também foram categorizadas, principalmente pelo Serviço de Responsabilidade Social da MPX, como “oportunistas”, isto é, ao saberem que os moradores da área poderiam ser indenizados, elas procuraram adquirir um terreno para conseguir tirar vantagens econômicas na condição de usuário das terras.

De fato, é perceptível o significativo número de moradias e terrenos abandonados com placas indicando a propriedade dos mesmos nas cercas e nos casebres. Essa constatação foi confirmada também por muitos moradores que têm uma posição de resistência quanto a esses *donos* de terrenos. Pelas informações, a chegada

de pessoas de outros bairros nos últimos períodos está diretamente relacionada à possibilidade de indenização, o que não é bem visto pelos moradores, a além de que estes não concordam com o seu deslocamento e nem com a presença de estranhos na área.

3. Trajetórias, modos de vida e incertezas

Tendo por base as informações de antigos moradores tanto da Vila Madureira, quanto de Camboa dos frades, observa-se na trajetória dos informantes que a opção em morar nessa área está diretamente associada à possibilidade da família continuar desenvolvendo atividades antes desenvolvidas nos seus locais de origem. Ou seja, a moradia na área em questão está relacionada a um processo adaptativo, dadas as condições nas quais esses moradores tentaram se inserir no meio urbano. Os dados indicam que a maioria não possui nível de escolaridade satisfatório para desempenhar ocupações ou funções próprias do contexto urbano, o que em tese poderia garantir sua permanência na cidade. Percebe-se que a maioria desses informantes deixou de freqüentar escola muito cedo e mesmo no local de origem o acesso à escola era difícil. A vinda para a cidade de São Luís representa, num primeiro momento da trajetória, a aproximação com os equipamentos urbanos, os serviços de saúde e educação para os filhos, e outros atrativos que a cidade poderia oferecer, tal como podemos ilustrar na expectativa do entrevistado:

Eu vim prá cá prá São Luís porque as coisas eram melhores prá gente ganhar dinheiro, ter um emprego, uma carteira assinada, prá ter um imposto, prá ter um INSS, prá gente ter uma coisa melhor não é!
(M. 46, Morador da V. Madureira)

As condições nas quais esses informantes migraram em busca de melhores condições de vida foram desfavoráveis, e na maioria dos casos as expectativas se contrastam com a realidade que se depararam na cidade de São Luís. Nesse sentido, o processo de ocupação do território das áreas onde vivem hoje, representa essa possibilidade de adaptação, tanto do ponto de vista das atividades produtivas (agricultura, pesca, coleta e extrativismo), quanto no âmbito da sociabilidade (manutenção das relações de parentesco, organização familiar do trabalho, práticas e manifestações religiosas) construída e ressignificada naquele território. Esse é o sentido que podemos considerar neste contexto como “espírito de comunidade”, um sentimento de pertencimento e vínculo social com o ambiente. A essa adaptabilidade sócio-

econômica é muito claro o espírito de reciprocidade que garante e fortalece a comunidade e o seu meio e modo de vida.

A Vila Madureira, até o início dos anos de 1970, era terras do Estado, sendo que seu gradual processo de ocupação se deu com os “os cercamentos dos terrenos” e não havia regularidade na ocupação, como também, não havia título de propriedade. Desde o momento em que as terras passaram a ser utilizada pelas famílias vieram os parentes para trabalharem juntos e nessa situação passavam a dividir partes dos terrenos e a formar outras famílias pelas novas gerações.

Observando-se o contexto geo-político maranhense que vai do final dos anos de 1970 até meados dos anos de 1980, é importante notar a chegada de grandes empreendimentos estatais e privados na região, destacando-se a implantação do CLA (Centro de Lançamento de Alcântara) no município de Alcântara, e a implantação da Alumar no município de São Luís, ambos próximos à área que estamos enfocando. No caso de Alcântara, o deslocamento das famílias para agrovilas implicou no problema da “segurança alimentar” (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2006), e, conseqüentemente, provocou a migração de significativo contingente para a capital maranhense. No caso de São Luís, as comunidades localizadas no litoral, próximas ao Porto de Itaqui, têm sido sistematicamente mapeadas e objeto de desapropriação desde o final dos anos de 1980. Desta vez, “os cercamentos”, como temos observado, não se trata dos pequenos lotes, mas de uma área inteira onde no mínimo 150 famílias estão ameaçadas.

Recorrendo à trajetória dos informantes, cruzamos informações com as atividades de seus pais no local de origem. Por esse procedimento, pudemos perceber que o processo de ocupação da terra na Vila Madureira, está associado às estratégias de reprodução social desses grupos, tendo em vista “as dificuldades encontradas na cidade”. As atividades ali desenvolvidas, as formas de organização do trabalho, a sociabilidade com parentes e vizinhos significam a inserção em um universo que lhes facultam uma identificação com o espaço e que tem garantido a reprodução social de suas famílias.

Eu não tinha nada quando eu cheguei aqui, quando agente se separa da família agente pode ter tudo na vida, mas larga tudo, eu saí só com uma bolsinha com duas roupinhas dentro. Aí vim pra cá e ela (antiga moradora) me acolheu, aqui não tinha nada, aqui não se via um pé de planta, não tinha nada era só o mato grande. Aí ela me acolheu, ela trazia a comida pra mim, ela me deu duas galinhas, me deu um galo, me deu um pato e duas patas, me deu um porco pra mim fazer minha vida. Aí eu fui fazendo minha vida, fui

fazendo, fui fazendo, aí fui cavando poço, fui fazendo casa, fui plantando e hoje estou aqui. E daqui pra mim sair mesmo só se Deus quiser [...].
(R. 48, Morador da Vila Madureira)

Essa situação pode ser ilustrada também por uma moradora de 49 anos que veio com os pais do município de Alcântara para São Luís em 1960. No local de origem os pais eram lavradores, criavam animais e possuíam embarcações que transportavam passageiros para São Luís. Na Vila Madureira encontraram a possibilidade de manter a família unida em função do acesso à terra. Essa moradora residiu 24 anos nos terrenos de seus pais, após o falecimento dos mesmos, ela continuou trabalhando na produção de carvão vegetal (utilização de galhos de árvores após a podagem), extrativismo (côco babaçu e produção de azeite), criação de animais e coleta de frutas, destacando-se manga, cajú e a coleta de castanha. Essa trajetória se repete na maioria das famílias entrevistadas, como também, o modo de utilização da terra e na venda dos produtos ali cultivados.

Dentre as atividades desenvolvidas na Vila Madureira e em Camboa dos Frades, a extração do azeite do côco de babaçu têm uma importância crucial para as famílias, principalmente no que tange a participação das mulheres nessa atividade. O processo de beneficiamento do azeite de babaçu implica numa organização do trabalho que exige a participação de várias mulheres que se juntam na vizinhança e produzem coletivamente no verão, quando essa atividade é mais propícia (no mês de agosto é feita a coleta do coco e no mês de setembro é feita a quebra e na medida em que a amêndoa fica seca é realizada a extração do azeite). No geral, de 10 quilos de coco são extraídos 5 litros de azeite. Em julho de 2008, o litro de azeite extraído na área da pesquisa era vendido por 10 reais, uma alternativa de renda importante naquela comunidade.

Outra atividade importante é a coleta da castanha de caju, feita por mulheres e crianças (cujo beneficiamento é feito através do assado e da quebra), frequentemente vendido nas feiras e mercados. Destaca-se também a criação de galinhas *caipiras* e patos, além de outros animais como é o caso da criação de porcos. Trata-se de uma atividade observável pelo visitante, pois, na maioria das casas, ao suscitar a compra de víveres, a resposta era positiva, o que significa a importância dos terrenos para esse tipo de atividade voltada a um pequeno circuito de comercialização e também para o consumo das famílias.

É aqui o senhor ta vendo, meu terreiro, meu sítio isso aqui é só planta positiva que bota. É..., as mangueiras botam quatro camadas por ano. Os

cajueiros agora é a safra do caju, vai começar a safra do caju. Tem a safra da goiaba, tem do murici, isso tudo agente colhe aqui, não é?
(A. 46, Morador da Vila Madureira)

Um aspecto importante na economia local é que a fonte de alimentação das criações são os recursos locais, como é o caso do babaçú, do tucum, além de alimentos originados das pequenas roças de milho e de mandioca que ainda podem ser cultivadas na área, apesar das dificuldades informadas pelos moradores em função da crescente especulação fundiária. Todas essas práticas, aliadas à coleta de frutos e o cultivo de pequenas plantações e roças, são as formas sociais de utilização da terra, cujas atividades não são apenas voltadas ao mercado, mas também, no complemento da dieta alimentar, tal como se observa no seguinte depoimento de um morador de Vila Madureira.

A banana eu levo pro Anjo da Guarda. Aí eu boto aqui duas caixas no carro de mão, vou pra parada, deixo o carro de mão escondido, aí eu levo de ônibus. Chego lá eu entrego pro revendedor, ele me dá meu trocado e fica se virando por lá **(I. 58, Morador da Vila Madureira)**

Paralela a essas atividades, é notória a importância da pesca artesanal. As fainas pesqueiras, conforme depoimentos e observações junto às famílias, são intercaladas às atividades de terra, de modo que durante o ano os moradores exploram os diferentes ecossistemas (a pequena agricultura, a extração de marisco, principalmente o caranguejo, a pesca de camarão e a coleta de frutos).

Pelos depoimentos dos moradores, as atividades produtivas dessa área têm se tornado difícil. Tanto as atividades agrícolas quanto a pesca. Eles também reclamam da poluição que atinge a vegetação, produzida pelas empresas próximas e conseqüente redução crescente na quantidade de frutas.

[...] aquela ali é uma empresa de refinaria (Codomar)... dessa firma bem ali detrás de Porto Grande. Ela é negócio de adubo químico, produto químico. Então esse produto de lá, que cai aqui, as folhas ficam da cor de uma folha amarela. Recomeçou um projeto que teve ali perto do gás butano, aquela indústria que tem de pelotação. Tem dia que nós não podemos enxergar aqui porque parece tudo uma luz negra, aquela fumaça, aquilo ali tudo na vista da gente. As mangueiras ficam amarelinhas do minério que cai. As mangueiras já não botam mais, vamos dizer, se uma botava duzentas mangas hoje elas não botam nem cem. Porque os galhos ficam todos moles, vai secando tudo...
(H. 39, Morador da Camboa dos Frades).

Essa situação que os moradores dessa área vêm sofrendo havia sido constatada em 2006 por Mendonça (2006) na comunidade de Cajueiro, inclusive, alguns depoimentos colhidos de moradores levantam indícios sobre doenças respiratórias em função da poeira liberada das indústrias próximas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA PESQUISA E PRODUTOS - 2008

Pesca	Maris- cagem	Extrativis- mo animal	Coleta frutas	Agricultura	Criações	Extrativismo Vegetal	Extrati- vismo Mineral
Peixes	Siri	Caranguejo	Manga	Mandioca	Galinha	Palha	Areia
Cama- rão	Sururu	Sururu	Maracujá	Macacheira	Pato	Azeite/babaçu	Barro
		Ostra	Côco	Cana	Porco	Castanha/caju	Pedra
			Banana	Quiabo	Peru	Lenha	
			Genipapo	Maxixe	Galinha Angola	Madeira/varas	
			Cajú	Vinagreira	Gado Bovino	Cipó	
			Cajá	Feijão		Ervas medicinais	
			Goiaba	Batata Doce			
			Mamão				
			Murici				
			Babaçú				
			Juçara				
			Abacaxi				

Fonte: Trabalho de campo

3.1 Associação de Moradores: representação ou estratégia?

No início desta pesquisa, em julho de 2008, verificamos que a União de Moradores, pelo menos formalmente, respondia pelas duas comunidades, embora as reuniões ocorressem na Vila Madureira e seu presidente também possuísse imóvel nesse local. Até o primeiro momento da visita, trabalhávamos com a idéia de sua legitimidade entre ambas as comunidades e a inexistência de conflitos quanto ao papel desta instituição. Da mesma forma, havia muitas informações aleatórias e concebíamos que ambas as comunidades eram indistintas, inclusive em seus interesses de aceitar a implantação da termoeletrica. Os moradores, pelo visto, também estavam desinformados, ou eram informados apenas parcialmente do significado e das conseqüências do que o empreendimento poderia provocar em suas vidas, principalmente os moradores de Camboa dos Frades que, mesmo “com o pé atrás”, assistiam as reuniões.

Do que se depreende das informações sobre a instituição e a relação com os moradores de Camboa dos Frades no que tange ao interesse nas reuniões, dizia respeito aos assuntos de melhorias no fornecimento de energia elétrica e outros serviços que poderiam conseguir através da mobilização por meio da União. No entanto, com o andamento da pesquisa, percebemos outras nuances da União de Moradores.

De fato, alguns serviços públicos foram conseguidos com a mobilização da União de Moradores, conforme as informações obtidas. A melhoria da estrada de chão que dá acesso às comunidades e a energia elétrica, funcionando precariamente e somente na Vila Madureira. Em julho de 2008, as instalações da União de Moradores funcionavam em um barracão que apresentava péssimas condições para esse tipo de atividade e encontrava-se em reforma de alvenaria, porém, esse serviço havia parado.

Sobre a atuação da União de Moradores não havia consenso quanto a sua representatividade e legitimidade perante a maioria dos moradores. Cruzando informações por meio da entrevista cedida na época da pesquisa pelo presidente da União de Moradores e moradores antigos, as reuniões, suscitavam uma série de questionamentos e dúvidas. Conforme os informantes, a forma de atuação da Associação não permitia maiores esclarecimentos, prevalecendo tomadas de decisão contrárias a opinião de muitos moradores, sobretudo, com relação à decisão de sair do local.

Sobre as condições dos moradores mais antigos, é possível afirmar que havia uma situação de insegurança e incerteza sobre o futuro. A fragilidade política para enfrentar de forma consistente e séria o futuro de suas famílias é um fato que decorre do modo como se mobilizavam para conseguir o que é de direito. No processo de “negociação” com a Vila Madureira, vários interesses, entraram em jogo. A União de Moradores, pelo menos no que se pode constatar, limitava-se ao papel de aliada e articuladora dos empreendedores, aliando-se também a um ou outro político que pudesse fornecer algum tipo de ajuda em troca de votos, sendo a Associação uma intermediária, principalmente no período das eleições municipais de 2008. Por outro lado, as constantes ameaças de deslocamento dessas comunidades, aliadas a inexistência de serviços básicos (posto de saúde, energia, estrada, escolas) têm gerado uma expectativa, seja no sentido de reação, seja por meio da aceitação dada às estratégias de convencimento por parte dos empreendimentos interessados na ocupação do território.

Depreende-se das opiniões destes moradores que as reuniões ocorridas recorrentemente na Associação de Moradores localizada na Vila Madureira, antes de seus moradores serem remanejados eram convocadas principalmente para respaldar a proposta da empresa, contando com a presença freqüente de profissionais (ligados ao Setor de Responsabilidade Social) contratados pela MPX, visando convencer os moradores na decisão de deixarem o local, tendo em vista as supostas vantagens de indenizações, qualificação profissionalizante através de cursos, aquisição de computador e casa nova. Tais benefícios eram falados nas reuniões e que já estariam em processo de viabilização em outro local de moradia.

O território dessas comunidades foi, e continua sendo, alvo de empreendimentos industriais, e as reuniões, conforme trataram os informantes, tiveram um significado importante pelo fato de que a aprovação da Termoelétrica implicaria numa mudança radical no modo de vida dos mesmos, pois, o deslocamento para outra área, geraria uma série de incertezas. Mas diante da proposta da empresa e a pressão psicológica do discurso de que o deslocamento seria inevitável e “por isso não podiam mais construir nada no terreno”, a opção em aceitar torna-se compreensível. Dado o baixo nível de renda e de escolaridade, respectivamente, um valor entre 500 e 1500 reais representa muito, e um “discurso competente” ganha credibilidade. No entanto, muitos moradores declararam não terem clareza desse processo.

4. Camboa dos Frades: a comunidade resiste. Até quando?

Dada a especificidade no processo de ocupação da Comunidade de Camboa dos Frades, observamos que suas formas de uso social dos recursos apresentam uma diferença com relação à Vila Madureira. A comunidade de Camboa dos Frade possui entre 35 e 40 famílias e essa variação no quadro demográfico relaciona-se à sazonalidade das atividades produtivas (pesca e agricultura) que interferem na saída temporária de grupos de parentesco em busca de outras alternativas de trabalho fora daquela área. Segundo levantamento de Pereira; Oliveira e Amorim (2008), um universo de 35 informantes da comunidade, as famílias apresentam uma renda variável entre 1 e 2 salários mínimos, mostra também que 82% apresentam escolaridade variando do ensino fundamental incompleto a condição de analfabetos. Esse perfil

abrange mais da metade dos moradores, levando em conta que se trata de um universo de 35 a 40 famílias ao todo naquela comunidade.

Observando-se o perfil sócio-econômico de ambas as comunidades, é notória a importância das atividades de subsistência, sobretudo para as famílias cujos integrantes não têm renda fixa. A pesquisa realizada por Pereira; Oliveira e Amorim (2008), indica também que no caso de Camboa dos Frades, de 35 entrevistados, 73% não apresentam formação profissional específica, e um significativo percentual de analfabetos e semi-analfabetos; enquanto as aposentadorias aparecem como fonte de renda importante visando obter o que não produzem. Já os ingredientes da alimentação são produzidos na própria comunidade (caso do pescado e a produção de farinha).

Sendo localizada nos limites com o mar, cujo acesso é direto aos moradores, a atividade pesqueira se destaca como a principal fonte de renda e de alimento para aquela população, complementada por atividades agrícolas nas áreas cultiváveis pelas famílias. Na lavoura, destacam-se as roças de mandioca e macacheira, além de plantação de feijão e legumes como maxixe, quiabo e verduras variáveis, bananais e uma infinidade de árvores frutíferas, que enriquecem a dieta alimentar.

A atividade da pesca e lavoura foi uma das principais razões na formação da comunidade. O nome dado à comunidade associa-se a existência das “camboas”, uma armadilha de pesca indígena em forma circular, construída de pedra, de modo que na vazante das marés o pescado é aprisionado e retirado na baixa-mar. Ainda é possível observar resquícios dessa armadilha no local, embora bastante dispersos em função do deslocamento de areias provocado pelas máquinas de dragagem do Porto de Itaqui.

Com relação à pesca artesanal marítima praticada na área, o único acesso se dá por meio do porto localizado na Camboa dos Frades. No caso dos recursos pesqueiros, não são raras as atividades de captura de caranguejo, siris, ostras, tais recursos importantíssimos tanto na dieta alimentar, como na obtenção de renda.

É mais tranquilo sim senhora. Olha às vezes eu trabalho até uma hora dessa assim, aí eu “garro” um cofinho que eu tenho aí, boto aqui na cintura, ganho aqui o igarapé... É rápido enquanto eu “panho” uma bóia: bagre, “tainhazinha”. Aí chego aqui conserto, boto no fogo, almoço e vou me ditar aí até... não é. Aí quando chega de tarde pego minha enxadinha e começo a capinar (G. 58, Morador de Camboa dos Frades).

Tais atividades, segundo os moradores de Camboa dos Frades, já apresentam sinais de escassez em função da poluição das águas e mesmo pelas dificuldades de acesso dada a crescente expansão imobiliária dos empreendimentos que vem

restringindo continuamente o deslocamento dos moradores aos pontos pesqueiros. Ademais, nas conversas informais com moradores de Camboa dos Frades, já é notória a presença de um *lodo avermelhado* nos igarapés, possivelmente, em decorrência da atividade de dragagem para ampliação das atividades portuárias do Complexo Portuário de S. Luís. Eles reclamam da mortandade de peixes, hipoteticamente, provocada pela presença de resíduos sólidos liberados pelas empresas ali instaladas. Conforme Pereira; Oliveira e Amorim (2008),

Em algumas situações os peixes aparecem mortos com resquícios de produtos “borras”, como restos de óleos e outros derivados despejados no mar e no rio Ureneminha {...} Os recursos naturais outrora abundantes vêm escasseando ou até mesmo se extinguindo localmente como é o caso do sururu, caranguejo e camarão, descaracterizando a principal atividade econômica de muitas famílias que eram essencialmente marisqueiras.

Esse quadro tem tornado a atividade pesqueira muito difícil. No entanto, a pesca é ainda uma fonte de alimento para a população. Essa é uma das razões que permite identificar os moradores mais antigos a um vínculo diferenciado com o espaço e uma posição crítica com relação às condições que vêm sendo impostas para os moradores. Na medida em que se concretizam as bases materiais de sustento da família, as diferentes gerações estabelecem uma relação também diferenciada.

No caso da pesca, da mariscagem, da roça, do extrativismo, trata-se de atividades que garantem o sustento, além de uma pequena produção de excedente para o mercado local. O acesso aos recursos é fundamental, tal como relatou uma informante que se sentia ameaçada de deixar seu terreno por um valor que, segundo ela, “não vale a pena”. A proximidade com a maré significa a “qualquer momento poder ter o que comer”, ao referir-se à pesca de camarão, de siri, de caranguejo, “é só pegar o puçá”. As mulheres se organizam em grupos para essas atividades e no final do trabalho, a “divisão é igual para todos que colaboraram”, assim como na agricultura que são basicamente a plantação de macaxeira e mandioca que se dá com a troca de dias de trabalho e por mutirão, sendo que “cada pessoa tem sua roça”, não havendo, portanto divisão dos produtos, mas apenas a troca de trabalho. A vida, explica a moradora de Camboa dos Frades, “fica difícil se faltar esses trabalhos”, pois, não teve estudo e não teria hoje como conseguir outro trabalho. Aliadas a essas possibilidades, encontramos famílias que podem contar com uma renda extra (caso da bolsa família e, em alguns casos, parentes aposentados e/ou pensionistas). Somado a essas estratégias, outro fator

crucial são as redes de solidariedade acionadas em momentos difíceis. A solidariedade de vizinhos e parentes naquele contexto ganha um significado importante. Esse caráter é visto como um divisor que separa aquele modo de vida com a vida da cidade, em cujo ambiente as relações tendem ser mais individualizadas.

Dadas as especificidades das formas como as famílias articulam suas atividades econômicas e as relações sociais que estabelecem no uso social dos recursos que dispõem, os dados coletados indicam a existência de um modo de vida peculiar, pois, conforme constatamos, as pessoas com quem os informantes convivem quase sempre são as mesmas com quem trabalham. É, sobretudo, no interior do grupo doméstico que os chefes de famílias articulam a organização do trabalho, seja nas atividades de pesca e extrativismo, como nas atividades da lavoura e coleta de frutos.

Aqui se chega uma pessoa aqui e manda eu tirar vinte feixes de palha, eu já estou com um trocado na mão. É três “conto” um feixe de palha pra mim entregar aqui na porta. Eu tiro em um dia e meio vinte feixes de palha. Tiro e carrego aqui no ponto de carro pegar. Aí dá pra gente descolar o troco da gente. Aí eu vou, faço minha feira e fico tranqüilo (G. 58, morador de Camboa dos Frades).

Dessa forma, não há uma divisão rígida de trabalho, onde cada indivíduo atua conforme sua função ou desempenho profissional, tal como no contexto urbano. Este é, aliás, um aspecto fundamental quase sempre ignorado pelas políticas de desenvolvimento que, ao proporem o deslocamento dos grupos sociais, ignoram o modo de vida e prometem uma educação profissional como um procedimento mecânico e automático de inserção no mercado formal de trabalho.

Observando a situação de Camboa dos Frades, segundo os moradores, hoje ainda é possível a pesca, mas em condições desfavoráveis, pois, eles têm percebido a redução brusca na produção pesqueira atribuída aos vários fatores: a presença de navios, de máquinas de dragagem que modificam o curso dos canais, o barulho de motores, a liberação de combustíveis, pois, “a água fica oleosa e espanta os peixes”, a presença de poluentes nos igarapés. Além disso, eles operam com pequenas embarcações do tipo “canoas” e poucos são os que têm embarcações motorizadas, portanto, a capacidade de deslocamento para os pontos mais piscosos é limitada. Enfrentar a maré em locais mais distantes representa um perigo à vida desses pequenos pescadores. Essa redução na produção, conseqüentemente, os impede de investir em apetrecho de pesca, inclusive em embarcações que lhes possibilitem ir “mais fora”, onde possam encontrar os cardumes. Assim, “fica difícil, a pesca é nosso trabalho, foi o que aprendi...”, diz um

informante que tenta se manter com sua família em um pequeno terreno no limite com o mangue, às margens da baía de São Marcos. Neste local ele procura “se virar”, já tentou criação de camarão, aproveitando-se do ambiente do mangue e da água salgada, mas não teve sucesso por não ter assistência técnica; procura com seus filhos capturar caranguejo e vender nas feiras, mas este recurso também tem escasseado em função da poluição dos mangues. Essa é uma situação reclamada por todos os entrevistados e demais moradores com os quais mantemos diálogos informais. O limite pelo litoral é a Baía de São Marcos, mas apresenta as condições descritas acima a esses moradores. Por terra, eles estão ameaçados pelas instalações da Termoelétrica e as conseqüências daí decorrentes já estão sendo sentidas. A comunidade permanece, mas em que condições?

Pelos dados levantados junto aos moradores a possibilidade de inserção em atividades industriais é quase nula, corroborando para desmistificar a idéia de que os projetos de desenvolvimento trazem de imediato, oportunidades de emprego e renda. As comunidades existem ali antes da instalação dos projetos e o impacto positivo não se tem visibilidade. Pelo menos nas comunidades pesquisadas, percebe-se que a influência dos empreendimentos em termos de inserção no mercado de trabalho é insignificante. Entre os seus moradores não houve informações de conhecidos ou parentes próximos beneficiados. O baixo índice de escolaridade dos adultos e a condição social em que se encontram revela o modo como o poder público tem atuado, assim como os empreendimentos ali instalados.

No que tange a questão política da comunidade de Camboa dos Frades, a situação tem se tornado complicada pelo fato de que o presidente da União dos Moradores da Vila Madureira, mesmo depois de ter sido deslocado, continuava se autorizando falar e intermediar as decisões de interesse da Camboa dos Frades. Esta situação foi resolvida parcialmente após a criação da Associação de Moradores de Camboa dos Frades, no final de 2008.

Numa reunião desta Associação, ocorrida em Camboa dos Frades em 17 de maio de 2009, foi levantada uma série de elementos que questionam o processo de licenciamento da termoelétrica, bem como a situação em que se encontra a comunidade de Camboa dos Frades:

- 1) A existência do processo nº 1494.000161/2008-17 do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) referente ao Programa de Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da Usina Termoelétrica Porto de Itaqui - São

Luís-MA. Este documento aponta insuficiência e irregularidades na pesquisa sobre a prospecção arqueológica, sendo, portanto, objeto de avaliação e revisão do processo de condução da pesquisa.

2) A dificuldade dos moradores de Camboa dos Frades exercerem sua liberdade de ir e vir. O acesso à comunidade se dá pela estrada de chão – ramal – que se inicia na BR 135 e cortava a Vila Madureira (hoje ocupada pelas obras da termoeletrica) até o extremo litoral, onde está localizada. Após ter sido privatizada pela MPX, o ramal passou a ser ocupado por caminhões, maquinários pesados e materiais, dificultando à passagem dos moradores. Inclusive há presença de seguranças, que até recentemente apresentavam-se armados, inibindo a passagem de quem precisa se deslocar (os seguranças deixaram de usar armamento ostensivo depois de queixa apresentada pela Associação de Moradores à empresa). Sendo esta a única via de acesso, as crianças e jovens que se deslocam todos os dias à escola já se sentem prejudicados pela lama e comprometimento da antiga estrada para a construção da termoeletrica. O tráfego de máquinas pesadas tem colocado em risco a vida dessas pessoas. Na reunião em questão, foi relatado que a empresa (MPX) não mantém nenhum diálogo direto com a comunidade (é válido lembrar que o diálogo da MPX desde o início foi estrategicamente com o presidente da União de Moradores de Vila Madureira). A empresa iniciou uma estrada por dentro do mangue, com um trajeto desaprovado pela comunidade devido ao aumento da distância com relação à BR, além de que desmatou uma área considerável da vegetação de mangue. Foi relatado também que o IBAMA, em função do impacto no mangue, não autorizou esta obra, caracterizando-se como uma iniciativa ilegal.

3) Durante o processo de licenciamento para a construção da termoeletrica, a comunidade de Camboa dos Frades não foi comunicada da situação, prevalecendo informações distorcidas e manipuladas pela União de Moradores. Do contrário, a comunidade de Camboa dos Frades, conforme relataram os moradores na reunião, foi ignorada tanto pelos empreendedores, como pelos próprios moradores da Vila Madureira que foram orientados a não manter diálogo e não passar informações do que viria acontecer mais tarde.

4) Até hoje, a MPX continua ignorando a comunidade de Camboa dos Frades e se utiliza da mediação com o ex-presidente da União de Moradores de Vila Madureira, que desde o início foi o principal articulador da MPX naquela área, hoje

indenizado e com os benefícios conseguidos com o deslocamento. Além do mais, os moradores relatam que o ex-presidente residia no bairro do Anjo da Guarda e se trata de um médio empresário do setor da construção civil que adquiriu terras naquele lugar para explorar areia e pedra.

5) Os moradores reclamam que estão sendo prejudicado mais recentemente por dois problemas. O primeiro diz respeito aos dejetos que, sem qualquer tratamento, são despejados nos igarapés pela empresa “Ecodiesel”. Isto tem reduzido a produção do pescado, inclusive para a subsistência que já vinha sendo prejudicada, tal como citamos anteriormente. O segundo problema refere-se ao assoreamento dos igarapés onde pescam, pois, o desmatamento e aterramento feito pela MPX para instalação das obras, estaria causando a descida de materiais (areia, barro, lama). Na lembrança dos mais antigos, paira a memória de um “tempo de fartura”, contrastado com a situação atual, uma situação que gera preocupação dos pais de família com o futuro dos seus filhos.

Desde as primeiras notícias, em 2007, sobre a possível instalação de uma termoelétrica na área do Itaqui-Bacanga, a comunidade em foco foi a Vila Madureira. Nesse ano não se cogitava qualquer problema com relação à Camboa dos Frades. Aliás, ambas se resumiam à Vila Madureira pelo discurso dos empreendedores. Falava-se da União de Moradores da Vila Madureira, e pelos menos nas discussões e/ou materiais publicados pela MPX e mesmo nos debates dos movimentos sociais, Camboa dos Frades não tinha visibilidade. Quando Camboa dos Frades tornou-se foco na situação daquela área, o processo de instalação já se encontrava bastante avançado. No processo de negociação com os moradores, a União de Moradores da Vila Madureira falava em nome das duas comunidades sem levar em conta as especificidades de Camboa dos Frades. Na primeira visita a campo, fomos informados de que uma grande parte da área de Mangue² que divide as duas comunidades seria ocupada pela MPX, pois, por ali seriam instalados os equipamentos para transportar o carvão mineral vindo de navios até o local de seu beneficiamento. Notoriamente a instalação desses equipamentos iria isolar os moradores de Camboa dos Frades. Pelas informações obtidas no trabalho de campo, tratava-se de uma situação que não havia sido esclarecida aos moradores de Camboa dos Frades durante as reuniões com representantes da empresa.

² Sobre o ecossistema local Pereira (2008), relata o seguinte: “Observar-se na área as mais variadas espécies de mangue como: mangue vermelho (*Rizophora mangle L.*), mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue de botão (*Conocarpus erectus*) que vem sofrendo degradação, sobretudo ocasionada pela retirada de vegetação para a construção de casas e dos empreendimentos”.

Após a aprovação do licenciamento ambiental e o início da implantação da termoelétrica (maio de 2009)³, os moradores de Camboa dos Frades testemunham uma condição dramática no exercício básico de sua cidadania. O direito de ir e vir. Pois, com o controle privado da área onde era a Vila Madureira, eles ficaram impedidos de entrar e/ou sair da comunidade como antes.

Além dessas condições, as instalações de energia elétrica no local são muito precárias e os moradores também não possuem água encanada. Na comunidade não há escolas, não há posto de saúde. As nascentes, que ainda são uma fonte de abastecimento de água, também tem sido um problema com a contaminação dos lençóis freáticos.

Atualmente, a Associação de Moradores de Camboa dos Frades, apesar de pouca visibilidade, poderá ganhar força e isso pelo que se observa no andamento do processo, dependerá da capacidade de mobilização e aliança com os demais segmentos da sociedade civil ludovicense. Esse tem sido um caminho bastante profícuo, inclusive para exigir do poder público maior visibilidade da comunidade.

Recuperar a memória dos antigos moradores pode ser uma forma de conscientizar a comunidade a lutar pelos seus direitos. A organização política é um instrumento fundamental para esse empreendimento, possibilitando recuperar os “tempos de fartura”. Pode permitir também, compreender a razão de permanecerem nessa área e que é necessária a presença do Estado, porém, não para negar essa história, esse modo de vida, mas no sentido de garantir que esses grupos tenham o direito que lhes é constitucionalmente assegurado.

³ A Termoeletrica Porto de Itaquí foi licenciada no mês de março de 2009, sob o nº 601 (IBAMA, 2009). Este empreendimento integra o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal. O remanejamento das famílias ocorreu em abril de 2009 e foram destinadas para o Residencial Vila Nova Canaã, a 30 km da capital maranhense, no município de Paço do Lumiar.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.

BEZERRA, Rafael Gaspar. **O Taim e a criação da Reserva Extrativista**: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente. São Luís: Curso de Ciências Sociais – UFMA, 2007. Monografia de Graduação.

LEITE LOPES, J. S. (Coordenador). **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MENDONÇA, Bartolomeu R. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: Curso de Ciências Sociais – UFMA, 2006. Monografia de Graduação.

PAULA ANDRADE, M. e SOUZA FILHO, B. (Orgs.). **Fome de farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

PEREIRA, Ediléia Dutra (Coordenadora); OLIVEIRA, Isabela C. Dos Santos; AMORIM, Josélio O. **Relatório de Pesquisa de Campo: Caracterização Sócio-Ambiental do Povoado de Camboa dos Frades**. São Luís: Departamento de Geografia – UFMA, 2008.

SANTANA JÚNIOR, H. A. ; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de desenvolvimento, impactos sócio-ambientais e a Reserva do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista** (UFMA), vol. 5, p. 29-40, 2007.